



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/E.2/S1



**Processo nº:** 31.012/13

**Jurisdicionada:** Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII

**Assunto:** Representação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP

**MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Sessão:** Pauta nº 58, S.O. nº 4890, de 18.8.2016

**Publicação:** DODF nº 153, de 12.8.2016, pág. 19

**Ementa:** Representação nº 10/11-CF, oferecida Ministério Público junto a esta Corte de Contas, versando sobre irregularidades na contratação de serviços e execução de obras sem licitação (Processo nº 17.274/11). Realização de inspeção na Administração Regional do Núcleo Bandeirante. Constatação de irregularidades. Audiência dos responsáveis em autos individualizados (Decisão nº 49/13-CSPM do Processo nº 17.274/11). Apresentação de razões de justificativa pelo Sr. Geovani Rosa Ribeiro (ex-Administrador Regional). Improcedência da resposta oferecida e aplicação de multa ao responsável (Decisão nº 372/16-CPM e Acórdão nº 45/16). Notificação. Ausência de recolhimento da multa. PARECERES CONVERGENTES: adoção das providências previstas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94 com vistas à cobrança da penalidade. VOTO de acordo com os Pareceres.

### RELATÓRIO

Os presentes autos foram constituídos, em atenção à Decisão nº 49/13-CSPM<sup>1</sup>, proferida no bojo do Processo nº 17.274/11, para albergar

---

<sup>1</sup> **Decisão nº 49/13 (CSPM):** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III. determinar: a) a audiência, em autos próprios (individualizados), dos respectivos responsáveis para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesas em face dos valores tidos como prejuízos na tabela de fls. 93/94; b) a audiência, em autos próprios (individualizados): (...)2) do ex-Administrador Regional do Núcleo Bandeirante, nominado no parágrafo 18, inciso III, alínea “c”, item 2, da Informação nº 78/13 (fl. 97) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa em face das seguintes ilegalidades: falta de recolhimento da garantia contratual (norma violada: Capítulo XIV dos editais, c/c o caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93), declaração de licitante vencedor sem comprovação de capacidade técnico-profissional (norma violada: item 4.3.3 do edital, c/c o caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93) e omissão diante de indícios de conluio entre os licitantes (norma violada: art. 3º,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/E.2/S1



as razões de justificativas do Sr. Geovani Rosa Ribeiro (ex-Administrador Regional) em virtude das ilegalidades constatadas na contratação de serviços e execução de obras sem licitação (Representação nº 10/11-CF, Processo nº 17.274/11).

2. Na Sessão de 4.2.2016, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 372/16 (fl. 78), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 372/2016 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das Informações nºs 24 e 155/14 – 3ª Diacom; b) dos Pareceres nºs 271 e 849/14 – ML; c) das razões de justificativa de fls. 47/60; II – **considerar, no mérito, improcedentes as razões de justificativas apresentadas pelo Senhor Geovani Rosa Ribeiro em função da audiência relativa ao item “III.b.2” da Decisão nº 49/13; III – aplicar ao referido Senhor, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, a multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em face das seguintes ilegalidades: a) falta de recolhimento da garantia contratual (norma violada: Capítulo XIV dos editais, c/c o caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93); b) declaração de licitante vencedor sem comprovação de capacidade técnico-profissional (norma violada: item 4.3.3 do edital, c/c o caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93); c) omissão diante de indícios de conluio entre os licitantes (norma violada: art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93); IV – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.***

*Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, PAULO TADEU, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”*

3. Em decorrência do decidido, foi lavrado o Acórdão nº 45/16 (fl. 79).

4. Devidamente notificado, o responsável não recolheu o valor da multa que lhe foi aplicada.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/E.2/S1



### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 69/2016 – SEACOMP (fls. 83/85), de 6.5.2016, analisa a matéria nos termos seguintes:

*“[...]*

*4. Após a decisão supracitada, a Secretaria das Sessões lavrou a Notificação nº 017/2016-SS (fl. 82). O Senhor **Geovani Rosa Ribeiro** tomou ciência dessa deliberação em 28/03/2016.*

*5. Até o presente momento não se tem notícia do recolhimento da multa em referência. Assim, considerando que a decisão e o acórdão referenciados não autorizaram o desconto nos vencimentos do servidor ou cobrança judicial da dívida, por intermédio do órgão próprio, faz-se necessário sugerir ao Plenário tal medida, com fundamento no art. 29, I e II, da Lei Complementar nº 01/94. [...]”*

6. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

*“I. autorize:*

*a) a Secretaria de Acompanhamento a adotar as providências com vistas ao atendimento do prescrito no artigo 29, incisos I e II, da Lei Complementar nº 01/94, relativamente ao senhor mencionado no parágrafo 4 desta Informação, com vistas à cobrança da multa que lhe foi aplicada por intermédio do item III da Decisão nº 372/2016 e Acórdão nº 45/2016;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a adoção das providências de sua alçada.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

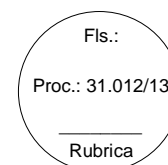
7. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 524/16 (fls. 87/89), de 15.6.2016, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, aquiesce às sugestões da Unidade Instrutiva.

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/E.2/S1



### VOTO

8. Na derradeira apreciação destes autos, o Tribunal aplicou ao Sr. Geovani Rosa Ribeiro (ex-Administrador Regional) a multa de R\$ 3.000,00, em virtude de ilegalidades ocorridas em convites realizados pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante (Decisão nº 372/16-CPM e Acórdão nº 45/16).

9. O Corpo Técnico informa que o responsável tomou conhecimento do teor da deliberação em **28.3.2016** (fl. 82). No entanto, até a presente data, não promoveu o devido recolhimento.

10. Por estas razões, sugere, com a aquiescência do **Parquet** especializado, a autorização da adoção das medidas previstas no art. 29<sup>2</sup> da Lei Complementar nº 1/94, com vistas à cobrança da penalidade.

Não havendo reparos às considerações dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal autorize:

a) a adoção das providências previstas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94, com vistas à cobrança da multa aplicada ao Sr. Geovani Rosa Ribeiro por meio da Decisão nº 372/16 e Acórdão nº 45/16 (R\$ 3.000,00);

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

---

<sup>2</sup> Art. 29. Expirado o prazo a que se refere o art. 26 desta Lei Complementar, sem manifestação do responsável, o Tribunal poderá:

I – determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente; ou  
II – autorizar a cobrança judicial da dívida, por intermédio do órgão próprio.